

**VIDAS CLANDESTINAS: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E AS
MEMÓRIAS DA CLANDESTINIDADE**

Carolina Dellamore Batista Scarpelli (Mestre em Memória Social – PPGMS/UNIRIO,
Casa da Cultura “Nair Mendes Moreira” – Museu Histórico de Contagem
carolinadellamore@yahoo.com.br)

O objetivo desse trabalho é apresentar alguns resultados da dissertação de mestrado intitulada “Marcas da Clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO. Tendo em vista que a vida militante clandestina é uma experiência ainda pouco estudada e permeada de silêncios, buscamos analisar as diferentes faces da clandestinidade e as marcas deixadas por essa experiência vivida por militantes políticos de oposição à ditadura militar. Como os sujeitos envolvidos enfrentaram o novo cotidiano, os novos hábitos, e ainda, como eles reconstróem suas relações sociais na clandestinidade e quando saem dela. Analisamos também que tipo de relação os indivíduos que foram clandestinos estabelecem com essas memórias, como lidaram e como lidam com as rupturas enfrentadas ao longo da clandestinidade, as relações com a família, os amores perdidos e encontrados, os filhos. Nesse sentido, consideramos que estudar a ditadura militar a partir da clandestinidade contribui para inscrever outros sujeitos na memória social, desvelando silêncios e fornecendo elementos para a luta contra o esquecimento e para que esse passado não se repita.

PALAVRAS-CHAVE: clandestinidade – ditadura militar – memória

**VIDAS CLANDESTINAS: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E AS
MEMÓRIAS DA CLANDESTINIDADE**

Carolina Dellamore Batista Scarpelli¹

Casa da Cultura “Nair Mendes Moreira” – Museu Histórico de Contagem

carolinadellamore@yahoo.com.br

*“E também rastejais comigo
pelos túneis das noites clandestinas
sob o céu estrelado do país
entre fulgor e lepra
debaixo de lençóis de lama e de terror
vos esgueirais comigo, mesas velhas,
armários obsoletos gavetas perfumadas de passado,
dobrais comigo as esquinas do susto
e esperais esperais
que o dia venha*

¹ A pesquisa foi desenvolvida entre 2007 e 2009 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Memória Social/UNIRIO, sob a orientação da Prof^a Dr.^a Joana D’Arc Fernandes Ferraz, com bolsa-auxílio CAPES.

*E depois de tanto
que importa um nome?"*

(Ferreira Gullar – Trecho de Poema Sujo, 1976)

O objetivo desse trabalho é apresentar alguns resultados da pesquisa de mestrado intitulada “Marcas da Clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira”. Primeiramente é importante considerar que a clandestinidade não é um fenômeno criado pela ditadura militar instaurada no Brasil a partir do golpe civil-militar de 1964, ao que consta essa experiência foi vivida em outros contextos. A clandestinidade marcou, por exemplo, toda a atuação do Partido Comunista no Brasil, principalmente depois da Insurreição Comunista em 1935. O partido foi considerado ilegal, ficando assim até 1946, quando volta à legalidade por um breve período, em 1947 é novamente colocado na ilegalidade, permanecendo até o final da ditadura militar, em 1985, nessa condição.

Com o golpe civil-militar² de 1964, partidos políticos de esquerda e organizações revolucionárias, como por exemplo, PCB - Partido Comunista Brasileiro, AP - Ação Popular, ORM-PO/POLOP - Organização Revolucionária Marxista/Política Operária, PCdoB - Partido Comunista do Brasil e PORT – Partido Trotskista, existentes até então, passaram a ser perseguidos pela ditadura militar e foram levados para a clandestinidade. Assim também, as organizações revolucionárias criadas depois do golpe, como a VPR - Vanguarda Popular Revolucionária, Ala Vermelha do PCdoB, a COLINA - Comandos de Libertação Nacional, o PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, ALN – Ação Libertadora Nacional, entre outras, surgiram já na condição de clandestinas. Quase todas envolvidas com o processo de luta armada. Essa se constituiu como a única forma de luta possível em um contexto de repressão política.

José Pacheco Pereira (1993) aponta que o movimento revolucionário comunista consolidou a clandestinidade como parte integrante de uma cultura política³ do século

² Utilizaremos o conceito de golpe civil-militar para falar do golpe de 1964, a partir da tese de René Dreifuss (1981) sobre a participação decisiva de segmentos da sociedade civil no movimento que derrubou o governo institucional de João Goulart.

³ Entendemos cultura política como um conceito plural que busca “... compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade”. (BERSTEIN, Serge, A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.363). E ainda consideramos a partir das formulações do autor citado que a cultura política nasce como uma resposta da sociedade face aos seus grandes problemas; além disso, ela é um fenômeno individual e coletivo, já que ao mesmo tempo em que é interiorizada pelo indivíduo, determinando as motivações para o ato político, a cultura política é também partilhada por grupos inteiros.

3

XX, mais especificamente com Lênin e o Partido Bolchevique. Ou seja, a clandestinidade sempre existiu, entretanto Lênin a torna parte integrante do projeto revolucionário. Dessa forma, a “clandestinidade comunista tornara-se assim mais um modo de vida e política do que um instrumento funcional para atingir determinados fins revolucionários ou resultar inevitavelmente da repressão ao partido comunista”. (PEREIRA, 1993, p.11).

Nesse sentido, a cultura política da clandestinidade comunista, originada no século XX, produzirá conseqüentemente, uma memória social acerca dessa experiência, onde se conjugam lembranças, esquecimentos e silêncios.

O estudo da clandestinidade vivida por militantes políticos de oposição à ditadura militar no Brasil torna-se relevante, pois possibilita desvelar aspectos de uma experiência que atingiu inúmeros indivíduos, originando também memórias clandestinas, produzindo marcas atemporais trazidas por muitos desses indivíduos, marcas que permaneceram como lembrança, como silêncio ou como trauma⁴.

Percebemos, ao longo dessa pesquisa, que passados mais de quarenta anos do golpe de 1964, indivíduos que viveram a experiência da clandestinidade quase não falam sobre isso, ou muitas vezes há uma tentativa de simplificação dessa experiência, que se para alguns foi positiva, para muitos foi tão traumática quanto o exílio ou a prisão. Nesse sentido, cabe a problematização: por que a experiência da clandestinidade transformou as memórias desses sujeitos em algo também clandestino?

Por isso, torna-se fundamental analisar as diferentes faces dessa experiência, e as marcas da clandestinidade vividas por militantes políticos de oposição à ditadura militar. O nosso objetivo foi identificar, a partir dos testemunhos, o que é e como é tornar-se um clandestino, e como foi viver na clandestinidade, o novo cotidiano e os novos hábitos; se a clandestinidade interfere e como interfere na subjetividade dos indivíduos que a vivenciaram, como esses sujeitos reconstroem suas relações sociais, afetivas e familiares na experiência da vida clandestina e quando saem dela. Como se dá

⁴ Compreendemos o conceito de trauma como o resultado da passagem por uma vivência sem experimentá-la – sem ser capaz de integrá-la emocional ou mentalmente, conforme assinala Geoffrey Hartman, inferindo sobre o conceito de trauma em Freud. (2000: 222). In: FERRAZ, Joana D’Arc Fernandes. *Os Desafios da Preservação da Memória da Ditadura no Brasil*. Texto apresentado no congresso da ANPOCS em 2006.

4

a reintegração na volta à “normalidade”, e que marcas essa experiência deixou na memória.

Para a análise dessas subjetividades marcadas pela experiência da clandestinidade, o testemunho torna-se extremamente importante, senão peça fundamental para sua compreensão. Pensando na possibilidade de nos aproximarmos das experiências e representações que esses sujeitos fizeram e fazem do período, optamos pelo uso da história oral como metodologia de pesquisa.

Devido ao objeto de pesquisa e a problemática decorrente dele, optamos por utilizar a História Oral Temática. Segundo Verena Alberti (2005):

Sua escolha é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos. (p.38).

Ou seja, as entrevistas temáticas levam em conta a especificidade do que se está pesquisando e versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido. Contudo, mesmo sendo uma entrevista temática, ela terá como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência, sua experiência.

Para a pesquisa, cujo objetivo foi ter uma visão mais ampliada no que tange à orientação política pessoal em relação à clandestinidade, buscamos pessoas de várias organizações. Também buscamos pessoas que ficaram clandestinas por mais de seis meses. Não que os indivíduos que tenham passado menos tempo clandestinos não tenham sofrido com isso, ou não possam contribuir, mas algumas pessoas viveram profundamente esta experiência, na medida em que tiveram que mudar de identidade, abandonar as famílias, construir outras, deixar casa, profissão e viver muitos anos nessa nova condição.

Trabalhamos com oito entrevistas. Dessas, cinco foram realizadas no Rio de Janeiro. A primeira entrevistada, Jussara Ribeiro de Oliveira, pertenceu ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), mas foi para a clandestinidade com a ajuda da Política Operária (POLOP), tornou-se operária no ABC paulista, ficando clandestina de janeiro de 1970 a 1978. Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante passou pelo Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e mudou de organização posteriormente, entrou para a clandestinidade já na Ala Vermelha do Partido Comunista

5

do Brasil (PCdoB), em 1971. Voltou a usar seu nome verdadeiro somente em 1990. Flora Abreu era da Ação Popular (AP), viveu clandestina durante dois anos e nove meses, entre 1969 e 1972, no subúrbio do Rio de Janeiro; depois partiu para o exílio, retornando ao Brasil com a Lei de Anistia. Álvaro Lins Cavalcante Filho, irmão de Ana Amélia, era também da Ala Vermelha do PCdoB; reside atualmente em Brasília. Clandestino de julho de 1969 a 1980, viveu dois anos trancado em um “aparelho” em São Paulo realizando ações armadas, depois foi para o Rio de Janeiro, onde se integrou na produção, trabalhou em fábrica até 1984, quando já usava o nome verdadeiro. José Maurício Gradel, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), iniciou sua militância no Comando de Libertação Nacional - COLINA. Vivenciou a clandestinidade de “aparelho” durante dois anos; partiu para o exílio na Argentina em 1971 e voltou ao Brasil definitivamente em 1994.

Dois depoimentos foram feitos em Belo Horizonte, com ex-militantes da Ação Popular (AP); Gilse Cosenza e Antônio Roberto. Gilse foi, posteriormente, para o PCdoB, enfrentando a clandestinidade nas duas organizações, de maio de 1968 até a decretação da Lei de Anistia em 1979. Gilse teve suas ações monitoradas até a década de 1990, veio a saber disso ao solicitar a documentação produzida pela repressão para requerer a reparação. Antônio Roberto ficou clandestino de 1967 a 1969, deixou a militância no início da década de 1970. E por último, Elio Ramires Garcia, cuja entrevista foi realizada via internet. Militante do PCdoB, foi clandestino de setembro de 1966 até a anistia, reassumiu sua identidade somente em junho de 1983, no Espírito Santo.

É importante ressaltar que todos os entrevistados autorizaram a utilização de seus nomes verdadeiros na dissertação, pois acreditamos que a história e os estudos da memória social têm um papel político, e dar nomes aos sujeitos que participaram dos eventos da época contribui para desvelar silêncios e esquecimentos e inscrever uma outra memória acerca da ditadura militar.

Na análise dos depoimentos de pessoas que passaram pela clandestinidade, procuramos recuperar significados e representações construídas por esses sujeitos em relação a essa experiência, o que possibilitou novas informações agregadas às versões já construídas. Bem como a inserção de representações próprias desses sujeitos no espaço público, ampliando a discussão sobre as dimensões e imbricações das categorias

6

lembança, memória e esquecimento na construção da memória social referente ao período da ditadura militar.

Outra coisa que contribuiu para a construção do objeto e a escolha dos caminhos foi a participação nas reuniões semanais do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e nas demais atividades realizadas pelo grupo, a partir de abril de 2007⁵. O Grupo nasceu em 1985, por iniciativa de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos políticos, e desde então se tornou importante referência na luta pelos direitos humanos no cenário nacional. Muitas histórias foram ouvidas nessas reuniões, contatos foram feitos, anotações e observações no caderno de campo, escolhas e indicações de quem entrevistar. Dessa forma, criou-se uma rede de relações que possibilitou o contato com protagonistas do período estudado, e que se tornou bastante rica, por serem pessoas tão diferentes e com experiências bem distintas.

Consideramos que a necessidade e a importância de registrar e trabalhar com os depoimentos orais se deve também à dispersão da documentação oficial sobre o movimento político que esses sujeitos protagonizaram. Além disso, o fato de essas pessoas terem ficado na clandestinidade, ou seja, saírem da cena legal, ou entrarem para a legalidade com outra identidade, dificultou a ação da polícia, bem como a produção de documentos oficiais sobre elas.

Além das fontes orais, utilizamos, como aponta a metodologia da história oral, fontes complementares, como documentos pessoais dos entrevistados, seu acervo pessoal como cartas, carteiras de identidade, entre outros⁶ e fontes bibliográficas sobre o período. Outra fonte importante a ser considerada no presente trabalho é a literatura de testemunho.

É preciso ressaltar que a vida militante clandestina é uma experiência ainda pouco estudada e permeada de silêncios. Grande parte dos militantes passou pela

⁵ O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ se reúne toda segunda-feira, a partir das 19 horas, desde 1985, ano de sua fundação.

⁶ A ampliação cada vez maior da utilização de documentos como diários íntimos, anotações, cartas, fotos, entre outras coisas, encontrados nos arquivos pessoais de escritores, artistas, políticos ou pessoas comuns, por historiadores e demais pesquisadores, “se prende a uma revalorização do indivíduo na história e, por isso, a uma revalorização da lógica de suas ações” (GOMES, 1997, p.4), pautadas em intenções e escolhas, bem como ao interesse pela pesquisa do cotidiano, que busca enfatizar sentimentos, hábitos e comportamentos. In: GOMES, Angela de Castro, Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.19, 1997, p.1-9.

7

clandestinidade em algum momento de suas vidas, alguns mergulharam a fundo nessa experiência. Indivíduos trocaram de nome, de documentos pessoais e alguns até mesmo de rosto; afastaram-se das famílias, amigos e profissão, deixaram suas casas, suas roupas e objetos.

E não foram poucos os clandestinos. Álvaro Cavalcante, ex-militante da Ala vermelha do PCdoB, ao ser perguntado sobre o número de militantes na clandestinidade, afirma que em 1972, em São Paulo, “todo mundo era clandestino, todo mundo sem documento”. Álvaro não consegue precisar o número, mas afirma que “todos que estavam envolvidos com a luta armada estavam clandestinos”⁷.

Assim como Álvaro, José Gradel aponta que na época, entre 1969 e 1971, 90% das pessoas que ele conhecia já eram clandestinas. Das pessoas que atuavam na VPR, Organização da qual ele fazia parte, quase todo mundo era clandestino⁸. “Talvez houvesse um ou dois que ainda estivessem usando seu próprio nome, vivendo em um lugar “legal”, porque conseguiram manter isso, tiveram sorte, ou conseguiram encaminhar para que as coisas ficassem assim”⁹. Contudo, esse não era o seu caso e nem o da maioria de seus amigos do movimento estudantil, que “eram clandestinos e pronto. E era melhor entender isso, porque se você achasse que não era, você ia perder um mês, um ano criando uma estrutura que ia cair, porque o seu nome tava lá e você era clandestino. Você achava que não, mas era”¹⁰.

Um contingente significativo de militantes de várias Organizações permaneceu no Brasil. Tornaram-se clandestinos com o objetivo de combater os militares e avançar o processo revolucionário, ou mesmo se protegerem da repressão. Esta era a orientação política de muitas Organizações de esquerda. Em documento do PCdoB, intitulado: “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”, datado de junho de 1966, por exemplo, seus dirigentes, ainda que considerassem que a luta aberta contra a ditadura era possível, não descartavam o uso da luta clandestina:

⁷ Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

⁸ Conforme foi falado no capítulo anterior, Gradel começou a militar no COLINA e foi para VPR depois da junção dessas duas Organizações.

⁹ Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

¹⁰ Idem.

(...) Apesar do regime autoritário que impera no país, ainda há condições de utilizar formas abertas de atuação. Desfiles, comícios, greves, marchas contra a carestia, assembleias sindicais, paralisações parciais de trabalho têm sido usados pelos estudantes, trabalhadores e donas-de-casa. O emprego destes meios de luta estão relacionados com a situação política e as condições concretas de cada lugar.

(...) É preciso utilizar também as formas de luta clandestina, tais como distribuição de volantes, pinturas murais, comícios-relâmpagos, demonstrações contra os espoliadores norte-americanos e resistência às violências policiais. (p.70)¹¹.

Conforme assinalado na citação do documento, as lutas abertas estavam relacionadas com as “condições concretas”, e é preciso considerar que a partir de 1966 ocorre uma retomada dos movimentos de massa, os estudantes voltam às ruas, as greves nas fábricas ganham fôlego. Mas isso não dura muito tempo; o AI-5 vem colocar um fim nessas manifestações abertas de descontentamento, restando apenas uma forma de fazer oposição: a clandestina.

Para Maria Auxiliadora Arantes (1999), cuja fala é de quem foi clandestina e de quem estudou posteriormente esse processo,

tornar-se clandestino e permanecer clandestino, durante 5 anos, 10 anos ou mais, foi mais do que uma alternativa de sobrevivência, envolveu uma escolha. Uma escolha que não era livre, porque era uma escolha dentro de uma situação de catástrofe política. (p.129).

Compreende-se que essa não é uma escolha feita em condições favoráveis de luta política. Ao contrário, é feita exatamente em condições desfavoráveis, e por isso não é uma escolha livre no sentido pleno do termo. É uma escolha, no sentido político, determinada pela situação do país, de falta de liberdade, de censura, torturas, assassinatos; enfim, é determinada pela perseguição declarada pelo poder militar.

Entrar para a clandestinidade, além disso, pode ser uma decisão individual ou coletiva, dependendo da situação. Ou seja, isso depende do “pra quê” e “por quê” se entra para a clandestinidade. Nos casos em que há a profissionalização do militante, podemos considerar que é uma situação discutida pela Organização, pois isso demanda criar uma infraestrutura para esse militante.

Tem gente que mais do que entrar pra clandestinidade, se profissionaliza, digamos. O cara... “queremos que você vá pra fábrica tal, trabalhar lá”. Pra isso, você vai ter que morar em um bairro operário, vai ter que mudar de

¹¹ Esse e outros documentos das Organizações de esquerda da década de 1960/70 podem ser encontrados em: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

nome... Então é uma decisão que se discute. Agora, se a minha foto aparece no jornal, eu já entrei pra clandestinidade. Só tenho que me preocupar com isso, mas ninguém discute. Todo mundo sabe quando José Gradel entrou pra clandestinidade. Têm fotos grandes minhas que provam isso, então...¹²

Para muitos não houve tempo para a discussão junto à sua Organização, o perigo tornou-se tão iminente que não havia alternativa e nem tempo para esperar uma decisão coletiva. O caso de Jussara representa bem essa variável; ela vai para o ABC paulista trabalhar como operária num contexto de queda do PCBR, não havia tempo nem pessoas para discutir o seu caso, tendo em vista que a maior parte dos militantes de sua Organização foi presa nesse período e os que não foram estavam clandestinos como ela.

Outra variável importante de ser pensada em relação à clandestinidade é que nem todos os militantes entram para a clandestinidade para continuar a luta. Temos o exemplo de Francisco Soriano (2006), que depois da queda do PCBR é obrigado a ir para o interior da Paraíba, pois poderia morrer se continuasse no Rio de Janeiro. Com isso, vemos que essa experiência possui diferença. Não há como trabalhar com a ideia de que todos os clandestinos entraram para a clandestinidade para permanecer na luta política. Alguns, mesmo que quisessem continuar, não conseguiam, pois não podiam sair na rua, estavam tão visados pela repressão que precisavam ficar trancados nos chamados “aparelhos”. Outros realmente fizeram a opção de abandonar a luta contra a ditadura e entraram para a clandestinidade como uma forma de se proteger e fugir da perseguição. Nem por isso essa experiência deixa de ter importância dentro do contexto das marcas deixadas pela ditadura militar.

Há ainda aqueles casos em que tornar-se clandestino poderia, em última instância, ser visto como sinônimo de *status* ante a Organização e demais militantes. Antônio Roberto aponta que ser escolhido para se tornar clandestino era quase um privilégio dentro da Organização: “Porque o general ganha estrela, então quer dizer que eu sou tão combativo, eu tenho um papel tão preponderante na luta revolucionária que eu não posso estar público”¹³.

Um elemento importante a ser considerado é que independente da escolha ou do motivo que leva o militante à clandestinidade, essa passagem é sempre feita debaixo de

¹² Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

¹³ Entrevista realizada pela autora no dia 04 de abril de 2008, com Antônio Roberto, em Belo Horizonte.

10

forte tensão psicológica, sentimentos de confusão, perplexidade, insegurança, medo e porque não dizer, esperança.

Ana Amélia afirma que no seu caso teve outras opções, poderia ter saído do país se quisesse, mas decidiu ficar:

(...) não digo que foi uma opção pra ficar viva, porque eu podia ter ido para o exterior, podia ter ido tranquilamente, minha família tinha como me levar. Até as freiras do meu colégio queriam que eu fosse, elas eram dominicanas iam me levar com segurança pra um colégio na França. Não era pra não morrer não, nem era pra não ser presa, era pra não sair do Brasil, porque pra não ser presa também eu podia ir para o exterior, foi porque eu não quis sair, eu quis ficar (...)¹⁴.

Cair na clandestinidade, de início, era sair da cena legal. A orientação era “não se deixar pegar para não colocar em risco outras pessoas e a própria Organização. Eu só sei que se exigiu muito da gente, éramos muito duros conosco mesmos. O tempo todo tinha que tá vigilante, porque você podia levar outra pessoa a cair”¹⁵.

Para tentar amenizar o risco, os clandestinos passam a usar o disfarce como forma de mudar, esconder sua imagem conhecida. E o disfarce se coloca de duas maneiras; para fugir da repressão ou para convencer as pessoas da sua nova identidade quando integrado na produção, no campo ou na fábrica, ou ainda em “aparelhos” de fachada quando a socialização com os vizinhos se fazia necessária.

José Gradel, em relação aos disfarces, afirma que usava muito pouco. Como sempre foi cabeludo, quando precisou cortou o cabelo bem curto; depois do congresso de Ibiúna, por exemplo, teve que fazer isso. Usava também bigodes de vez em quando e nas ações todos colocavam boinas e óculos pra não serem reconhecidos. Fora isso, não.

Outro aspecto do disfarce para além da aparência física, bastante utilizado pela VPR, segundo Gradel, foi a escolha dos locais de reunião. Ele diz que como o Comando da VPR sabia que a repressão sempre os procurava em lugares “que eles achavam que a gente ia estar. Na avenida suburbana, na Baixada Fluminense”¹⁶, resolveram então fazer o caminho inverso, passaram a se reunir na Zona Sul, no “Quincas Berro D’água”, uma boate localizada num edifício em Ipanema.

¹⁴ Entrevista realizada pela autora no dia 09 de outubro de 2007, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.

¹⁵ Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

¹⁶ Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

11

Gradel conta também um episódio ocorrido depois do sequestro do Embaixador alemão, quando sua foto saiu no jornal O Globo. Seu primo, preocupado em ajudá-lo, diz assim:

“- tira os óculos, todo mundo conhece você de óculos, na foto tá de óculos. Tira os óculos”. Eu disse “- mas se eu tirar os óculos eu não vejo nada”. “- É, mas não te reconhecem”. “- É, mas eu posso ir de encontro a uma patrulha do exército, eu não vejo”. “- Tira os óculos, eu to vendo, não sei que lá”. Aí ele queria pintar os meus cabelos de loiro. Aí eu disse “- pelo amor de Deus, não faça isso, inventa outra coisa”. Aí ele mudou o penteado, essas coisas. Mas foi por um período curto.

O primo, cujo nome ele não cita, acabou sendo preso por ajudá-lo. Ao contrário de Gradel, que não aceita que pintem seu cabelo de loiro, outro personagem também envolvido em um sequestro, do Embaixador dos Estados Unidos, se vê obrigado a aceitar o cabelo amarelo. Fernando Gabeira (1980) relata que após o sequestro, todos os participantes caíram na mais profunda clandestinidade.

Depois de uma passagem muito rápida pela primeira casa em que ficou, um companheiro da Organização chamado Zé Roberto vai até o encontro de Gabeira para buscá-lo, entretanto, leva consigo um artista de teatro que cortou e pintou de loiro o cabelo de Gabeira, que se descreve da seguinte maneira:

Os irmãozinhos punk que moram perto do meu prédio, se vivessem no Brasil na época, iam gostar tanto do corte irregular, como do escândalo da cor. Quando saí do carro e cruzamos com algumas companheiras da Organização que me pegariam ali, me vendariam os olhos e me conduziram à nova casa, senti que todos riam de mim. Para os padrões estéticos mais clássicos que vigoravam na época, estava horrorosa a nova figura que compunha. (1980, p.133).

Mesmo assim, ele reflete mais adiante que o clima para questionamentos não era do mais propício, e que se fazia necessário sacrificar os impulsos pessoais pela revolução e sempre que esses fossem obstáculo à causa ou um risco para a segurança de todos. Ele, que passaria meses na chamada “geladeira”, diz que somente lá no fundo aquele novo visual o incomodava, “no fundo, onde as idéias dançam mais livremente”. (p.133). O que mais o preocupava era o que seria dele passando meses num mesmo lugar. “E se não houvesse gente simpática em torno? Como sair para descobri-las, com aquele cabelo colorido e aquele corte tão singular?” (p.133). Acabou resignando-se com o visual escandaloso, pois não haveria espaço para uma discussão sobre isso.

12

Esses disfarces algumas vezes provocavam situações embaraçosas. Certa vez, Álvaro estava usando um casaco caro e chique que a mãe tinha mandado, e andando pela Consolação, em São Paulo, escuta alguém chamando: “- ei tio, ei perai”, pensou: “- pronto estou preso”, o rapaz então pergunta: “- onde você comprou este casaco?”. Hoje ele ri muito ao contar esse caso, mas naquele momento de constante tensão e medo em que viviam, deve ter sido um grande susto. Rapidamente ele entra em contato com a mãe e pede que ela não mande mais roupa chique “que eu não posso andar chique, eu passo susto”¹⁷.

Além do disfarce a mudança do nome torna-se essencial para quem quer continuar na clandestinidade, para a própria segurança e da Organização, para conseguir trabalhar e se manter.

Era parte da prática clandestina das Organizações de esquerda no Brasil a utilização de vários nomes: o chamado pseudônimo ou “nome frio”, que normalmente era escolhido para que o militante pudesse participar de reuniões em segurança e evitar que fosse identificado, e o nome falso, recurso que demandava uma logística clandestina para fabricar a identidade falsa.

A escolha de “nome frio”, de acordo com os entrevistados, era normalmente aleatória. E para essa escolha não tinha muito segredo, muitos escolhiam nomes fáceis, como Maria ou João, nomes os mais comuns e os mais anônimos possíveis.

A gente botava nomes muito fáceis. Maria, Ana, Rosa, coisas bem simples, entendeu? (Pausa) Que não tivessem o menor risco, e a gente não tinha militância junto com outras pessoas conhecidas, por exemplo, eu e meu marido não íamos para uma mesma reunião. Para não ter o risco até de se conhecer, de usarem o mesmo nome, nada disso. Então eu estava numa reunião com pessoas que tinham os nomes que eu passei a conhecer, elas me conheceram, eu era Maria pra eles, pronto, eu era Maria o tempo todo, você assimila ali, entendeu?¹⁸

Em princípio, o próprio militante escolhia o nome a ser utilizado, tomando cuidado para que o “nome frio” não fizesse nenhuma referência a sua origem familiar, e também evitando participar de reuniões com pessoas conhecidas, que sabiam a sua identidade verdadeira. Havia casos também em que o partido ou os companheiros escolhiam os “nomes frios”. Após essa espécie de batizado, o militante deixava seu

¹⁷ Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

¹⁸ Entrevista realizada pela autora no dia 31 de outubro de 2007, com Flora Abreu, no Rio de Janeiro.

13

nome próprio para trás e passava a ser chamado pelo nome que constituía sua identidade social e política no partido ou Organização¹⁹. José Pacheco Pereira (1993) chama a escolha do pseudônimo como “batismo conspirativo”.

A mudança de nome em si já representa uma ruptura para os militantes, tendo em vista, como aponta Pierre Bourdieu (2006), que

(...) Por essa forma inteiramente singular de *nominação* que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. (p.186).

Seria assim, o nome próprio que asseguraria a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais de diferentes agentes sociais, que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos. O indivíduo, mesmo transitando de um campo social a outro teria a sua identidade assegurada pela constância que o nome próprio traz.

No caso de Ana Amélia, a escolha do nome teve algo de muito peculiar, não foi uma escolha aleatória; o nome foi pensado, tem um significado para ela.

escolhi um nome que tem tudo a ver, um nome que é uma homenagem a uma babá minha que eu adorava, Rita, um dos sobrenomes de um avô meu e o outro sobrenome de outro avô pra não perder totalmente o vínculo e também pra eu não esquecer, porque eu podia esquecer (risos), aí eu botei assim, e os pais inventados também eram nomes assim de um tio pra eu não esquecer, a data de nascimento eu botei a data do aniversário da minha avó pra eu não esquecer, também rejuvenesci dois anos, porque era melhor arrumar emprego em fábrica com 18 anos e não com 20 como eu estava, e foi assim (pausa) que eu escolhi esse nome novo²⁰.

Ana Amélia manteve o “Ana” antes de Rita para facilitar e não confundi-la. Além do significado pessoal do nome, ela pensou nesses detalhes que a ajudariam a não esquecer. Seu nome tinha uma história, e ela também tinha que ter. Vivendo numa casa pequena com uma amiga, também clandestina, elas trataram logo de pensar numa história caso fossem perguntadas. Diziam ser do Rio de Janeiro e que tinham ido para São Paulo trabalhar, pois lá era mais fácil de arrumar emprego; eram noivas e estavam juntando dinheiro para fazer o enxoval.

¹⁹ De acordo com José Pacheco Pereira (1993), no Partido Comunista Português era costume utilizar pseudônimos masculinos para mulheres, com objetivo de esconder até mesmo o sexo da pessoa que utilizava o nome, entretanto, o contrário não acontecia, evidenciando o machismo no interior do partido.

²⁰ Entrevista realizada pela autora no dia 09 de outubro de 2007, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.

14

O caso de Ana Amélia coloca em evidência o fato de que “En la clandestinidad los militantes vivirían fluctuando entre las marcas de su pasado y el personaje que, inventado, permitiría su libertad y su supervivencia”. (WEIS, Mariana, 2008, p.29).

Jussara só era Jussara quando ia ao Rio visitar a família. No ABC paulista, na fábrica, em sua outra vida, ela era Maria Clara. Ao ser questionada sobre se sentia saudade ou não da Jussara, da sua vida, ela responde o seguinte:

Eu achava que ia dar tudo certo, né? que enfim, até perto do golpe do Chile, até o golpe do Chile, quando eu acho que foi um divisor de águas, depois do golpe do Chile eu me arrastei assim mais uns dois anos por uma questão intelectual, assim moral, né? “- Pô, morreu tanta gente como que eu vou sair fora?”, não dá pra sair fora, né? mas até o golpe do Chile eu tava certa que ia dar certo, que a gente ia tomar o poder e resolver todos os problemas do país e que tudo isso ia se resolver, até o golpe do Chile eu tinha essa, o golpe do Chile foi a grande visão, né? de que tudo tava indo mal aqui e lá também²¹.

Nesse sentido, tornar-se clandestino, assumir outra identidade e consequentemente, outra vida, é algo entendido como provisório, que tinha data certa para terminar, e terminaria logo que se tomasse o poder. Não tinha um sentido de duração, era mais uma tarefa dentre as muitas assumidas pelos militantes das diversas Organizações. Entretanto, para muitos a clandestinidade durou anos. Tem ainda a dimensão do compromisso, com a escolha feita e com os companheiros.

A pergunta “como é assumir outra identidade”, trouxe respostas interessantes e em alguns momentos divergentes para o trabalho. Gilse considera que assumir outra identidade era algo complicado, porque implicava no fato de ter

... de fechar e trancar à chave a sua identidade anterior, com tudo que ela significa, a identidade de características familiares, de características pessoais que você criou até aí, é a cultura que você teve, do estudo que você teve, dos costumes que você teve, das formas de agir, e você assume outra identidade, você não assume apenas um nome, você não tem apenas de acostumar a falar aquele nome, você tem de assumir o personagem que aquele nome é, entende?²²

Nesse ponto, ela compara a vida clandestina ao teatro ou ao cinema, em que o artista assume a vida do personagem que ele representa durante a filmagem ou durante a peça de teatro. O clandestino, por sua vez, assimila um personagem que não sabe quanto

²¹ Segunda parte da entrevista realizada pela autora no dia 4 de novembro de 2008, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

²² Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

15

tempo vai durar, por quantos anos será necessário viver aquilo. “E depois você tem de guardar esse personagem e assimilar outro personagem, diferente do primeiro, do segundo, do terceiro, né?”²³.

Para ela, isso demanda um “esforço mental de comportamento muito grande, espreme os miolos, você conseguir, sabe? É quase você viver assim, uma vida, depois outra vida, depois outra vida, depois outra vida, então é bem complicado, é bastante complicado...”²⁴.

Outra dificuldade apontada por ela se deu com a decretação da anistia. Assim como Gilse, outros militantes tiveram que voltar ao nome verdadeiro; o que é considerado um processo complicado: “você tem a maior dificuldade, é muito difícil”. Alguns não voltam, como foi o caso da Ana Amélia, que teve medo de ser presa por falsidade ideológica, perder o emprego ou ser perseguida, só retoma seu nome verdadeiro na década de 1990. Ou o caso de Álvaro, que já com o nome verdadeiro, precisa criar uma história pra justificar o fato de não ter experiência comprovada na carteira de trabalho para conseguir emprego.

Consideramos a experiência da clandestinidade bastante heterogênea. Como vimos, são histórias distintas, vividas em função de uma série de circunstâncias, inclusive dos traços de personalidade de cada indivíduo que passou por isso. Houve quem suportasse situações adversas, as mesmas nas quais outros sucumbiram. Houve aqueles que conseguiram se proteger, outros tantos que tombaram pelo caminho. Há quem foi capaz de lutar, reorganizar o movimento operário, os sindicatos, se integrar na produção e tornar-se também operário ou camponês. Outros que viveram solitários, trancados em “aparelhos”; houve aqueles que entraram em processo de depressão, isolamento e solidão, e nem por isso algumas trajetórias tornam-se mais ou menos importantes que outras. Cada indivíduo viveu a clandestinidade de uma maneira muito singular, “segundo razões explicadas, muitas vezes, pelas circunstâncias históricas, mas que vão muito além destas, dizem respeito a um mundo subjetivo que só a História não dá conta”. (ROLLEMBERG, 2004, p.192).

Referências Bibliográficas

²³ idem.

²⁴ idem.

16

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Pacto Re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. 2. ed. São Paulo: Escuta, 1999.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Dir.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- PEREIRA, José Pacheco. *A sombra: Estudo sobre a clandestinidade comunista*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- WEIS, Mariana Tello. La sociedad del secreto: memorias sobre la lucha armada. *Revista Lucha Armada*, Buenos Aires, n. 10, p.26-39, 2008.